

## Sobre a verdade do Evangelho: algumas considerações

Enio R. Mueller

**Resumo:** Pergunta sobre as noções de verdade explícitas ou implícitas nos textos. O reconhecimento dos limites de uma noção puramente objetiva de verdade leva à proposição de uma verdade subjetiva. Ambas, porém, na opinião do autor, permanecem dentro de um âmbito comum, que é o de uma dialética interna da percepção da verdade como processo cognitivo. Com o auxílio das ciências cognitivas, o autor propõe uma noção de verdade ao nível não do processo cognitivo em suas externalizações de superfície, mas das metáforas fundantes das proposições cognitivas. Daí faz uma ponte para as parábolas do Novo Testamento, onde se ilustra a noção de verdade nas metáforas fundantes. A tese do autor é que a noção mais comum de verdade no Novo Testamento sustenta-se sobre a metáfora do caminho.

**Resumen:** Preguntas sobre las nociones de verdad explícitas o implícitas en los textos. El reconocimiento de los límites de una noción puramente objetiva de verdad lleva a la proposición de una verdad subjetiva. Ambas, no entanto, en la opinión del autor, permanecen dentro de un ámbito común, que es el de una dialéctica interna de la percepción de la verdad como proceso cognitivo. Con el auxilio de las ciencias cognitivas, el autor propone una noción de verdad al nivel no del proceso cognitivo en su externalización de superficie y sí en las metáforas fundadoras de tales proposiciones cognitivas. De ahí, establece un puente hacia las parábolas dentro del Nuevo Testamento, donde se ilustra la noción de verdad en las metáforas fundadoras. La tesis del autor es que la noción más común de verdad en el Nuevo Testamento se sustenta en la metáfora del camino.

**Abstract:** Asks for the explicit or implicit notions of truth in texts. Acknowledgment of the limits of a purely objective notion of truth leads to the notion of a subjective truth. Both, in the author's opinion, remain in a common sphere, which is the sphere of an internal dialectic of the perception of truth as a cognitive process. With the help of cognition sciences, the author proposes a notion of truth not on the level of cognition processes in their surface externalizations, but on the level of foundational metaphors of cognitive propositions. From there a bridge is made to the New Testament's parables, where the notion of truth in the founding metaphors is illustrated. The author's thesis is that the most common notion of truth in the NT is built on the metaphor of the way.

A temática deste encontro é pertinente. Toca na raiz das questões que historicamente têm separado as nossas igrejas. É no triângulo formado pelo Evangelho, a Bíblia e os Escritos Confessionais que temos que definir nossas identidades e assim perceber nossas diferenças. Este triângulo tem um centro que poderíamos definir como a *verdade*, e que é a razão de ser dos três ângulos. A questão da verdade, contudo, é uma das mais complexas da teologia e da filosofia.

## **1 - Verdade objetiva e verdade subjetiva**

Pertinente também é a presença do Prof. Gunther Wenz, com sua vasta erudição nesta área, aliada à sua reconhecida sensibilidade teológica. Minha reação ao texto de Wenz irá se concentrar nas suas observações no capítulo 4, onde discute a hermenêutica dos escritos confessionais. Wenz está alerta para uma interpretação da confissão em que o conteúdo cognitivo das proposições não seja o único determinante, relegando a concreticidade histórica dos/as confessores/as à mera roupagem histórica da mesma. É importante, para ele,

a percepção de que com a mera recitação e repetição nada se ganhou confessionalmente, e sim se perdeu o mais importante, a saber, a forma de sujeito e, junto com ela, a atualidade situacional da confissão. Para conservá-las, a relação temporal com a subjetividade de indivíduos reais – seja de quem fala, seja de quem ouve a mensagem – nunca deve ser algo exterior para a forma lingüística do testemunho cristão e da doutrina eclesiástico-teológica. Se se leva isso a sério, percebe-se, por conseguinte, que é inadequada não só uma forma meramente recitante-repetidora de lidar com a confissão, mas, ao mesmo tempo, que também é inadequada toda “interpretação *substancialista*” (Sparn, p. 513), por assim dizer, isto é, aquela para a qual as verdades proposicionais cognitivas das confissões tradicionais são transistoricamente corretas e a efetivação histórico-situacional é meramente acidental em relação à essência da confissão.

Para Wenz, “sob o pressuposto do modelo hermenêutico de substância e forma, o caráter pragmático-lingüístico da confissão não é percebido suficientemente”. Citando novamente Sparn um pouco adiante, ele diz que “o caráter cognitivo da tradição confessional não pode ser reivindicado como fundamento suficiente da continuidade da confissão da unidade na fé, pois ele nunca pode significar mais do que significa dentro do consenso concreto que produziu sua formulação”.

Contudo, para Wenz,

a percepção de que o teor de sentido da confissão evangélica não pode ser

apreendido em conformidade com um modelo de forma e substância, porque nesse modelo forçosamente não se atina com a relação temporal pragmático-lingüística com a realidade subjetiva de indivíduos reais e da realização de sua comunicação, não pode significar ou não pode, como já transpareceu, implicar a conclusão de que a confissão cristã nunca seria, em sua forma lingüística, uma proposição doutrinal ou um enunciado.

Fica registrado, assim, o esforço do autor por manter a dialética entre a verdade proposicional dos textos confessionais e sua circunstância histórica, por um lado, e sua apropriação por novos sujeitos históricos, por outro lado. Sem dúvida temos aí um elemento de fundamental importância em uma hermenêutica destes textos. Neste contexto, Wenz deixa claro que, para se chegar ao coração da questão, é preciso se perguntar não só pela relação entre a “verdade objetiva” e a “verdade subjetiva”, mas que há que se perguntar pela própria sustentabilidade da reivindicação à verdade contida nos escritos confessionais. Como ele diz,

a possibilidade de endossar ou aceitar a verdade da confissão depende de que suas proposições não reivindiquem validade nos moldes da prescrição indiscutível de uma lei doutrinal. Por essa razão, como toda e qualquer reivindicação à verdade, também a da confissão tem a obrigação de argumentar, se quiser corresponder àquilo que reivindica.

## **2 - A pergunta pela noção de verdade**

Aqui chegamos ao ponto em que quero abrir a discussão com o texto de Wenz e, com isso, também com todos/as aqui que se perguntam pela validade e pela verdade dos textos confessionais. Para fazê-lo, quero avançar ainda mais um nível na discussão, perguntando não só pela sustentabilidade da reivindicação à verdade destes textos, mas pela própria noção de verdade que permeia toda esta discussão.

Esta pergunta não é feita por Wenz, o que poderia ser interpretado de diferentes maneiras. Sem pretender ingressar nesta interpretação, registro minha impressão de que parece que o autor assume, simplesmente, uma noção de verdade sem jamais discutir sua adequabilidade neste contexto. A noção de verdade que me parece implícita é a da verdade como processo cognitivo, ou seja, a adequabilidade de certas proposições cognitivas para expressar o que se pretende expresso. Mesmo quando o autor, aparentemente apercebido de uma certa fragilidade teológica desta noção de verdade, insiste na relação da mesma com a subjetividade tanto dos formuladores das proposições como de seus receptores, ele não sai do âmbito cognitivo, só chama a atenção para sua dialética interna. Verdade

objetiva e verdade subjetiva, neste contexto, remetem ambas ainda a uma noção cognitivo-proposicional de verdade.

### **3 - Verdade no Novo Testamento**

Para dizer o que pretendo dizer nesta reação, começo chamando a atenção para uma distinção que presentemente tem sido feita nas ciências cognitivas. Segundo ela, a discussão sobre a verdade pode acontecer em dois níveis.

O primeiro é o nível do conteúdo a que associamos a verdade. Verdade seria a exatidão de determinadas formulações em contraste com outras. Geralmente nossas discussões emperram porque ficam neste nível, e neste nível é sabido que há diferenças entre nós.

O segundo nível, mais profundo, é o das metáforas que moldam nossa apreensão do que compreendemos como verdade. Aí percebemos que nossas aproximações aos conteúdos já podem ser diferenciadas, e que as diferenças entre elas não são apenas questão de condicionamento psicológico ou de preferências pessoais ou grupais.

Partindo desta distinção, quero perguntar pela noção de verdade que encontramos nos textos bíblicos, que neste sentido são *norma normans* (norma normativa) para os escritos confessionais, que seriam *norma normata* (norma normatizada). Minha proposição é que, à luz da distinção acima, o Novo Testamento situa a pergunta pela verdade no segundo nível, ou seja, a verdade não estaria primeiramente relacionada com os conteúdos propositivos, mas com as metáforas profundas sobre as quais tais conteúdos propositivos vão ser construídos.

Sem querer me aprofundar aqui neste assunto, quero sugerir que parte do problema na interpretação das parábolas de Jesus é o não-reconhecimento de tal distinção e a conseqüente insistência em interpretar as parábolas no nível propositivo, quando na verdade elas são um bom exemplo de que o NT vai situar a pergunta pela verdade no nível das metáforas fundantes. Desta perspectiva, o sentido das parábolas é justamente a recusa em decidir questões no nível propositivo (como no caso dos dois irmãos que disputavam sobre uma herança) e o apontar para o nível mais profundo. Parábolas, então, representam a forma que Jesus usava para chamar a atenção de seus ouvintes para as metáforas originárias de seu pensamento e conduta, colocando-as em questão e desafiando à sua adaptação ou substituição por novas metáforas que representem mais adequadamente a proposta do Reino de Deus.

Isto dito, quero agora examinar algumas passagens neotestamentárias que considero centrais para a compreensão da noção de verdade no Novo Testamento. Começo analisando uma passagem paulina: Gl 2.11-21. Trata-se do famoso encontro entre Pedro e Paulo em Antioquia e da discussão pública entre os dois. Temos aqui o relato de Paulo. Segundo ele, quando chegou a Antioquia, ficou sabendo que Pedro, antes da chegada de alguns irmãos da parte de Tiago, comia com os cristãos gentios e que, com a chegada deste grupo, passou a se isolar, como eles, não mais tendo comunhão de mesa com os cristãos não-judeus. Para Pedro, aparentemente, isso nada tinha a ver com a verdade do Evangelho, que para ele, pelo jeito, estava em outro lugar. Já para Paulo, tratava-se aqui de uma ofensa grave ao próprio centro do evangelho, de um falseamento da verdade do evangelho.

Segundo Paulo, Pedro e os outros que o acompanharam estavam sendo “hipócritas”, a mesma coisa que Jesus dizia dos fariseus e dos escribas. Barnabé, o companheiro de Paulo, também foi compelido a se “conipocritar” (*synypokrínesthai*) com Pedro e os demais (2.13). Hipocrisia é um falseamento de atitudes, não propriamente um falseamento de conteúdos cognitivos. Para o nosso conceito normal de “verdade”, hipocrisia seria um desvio de conduta que a rigor não toca na questão da “verdade”.

Ainda segundo Paulo, quando viu isso, ele percebeu que seus companheiros “não caminhavam retamente segundo a, ou em direção à verdade do evangelho” (2.14), e assim ele se viu compelido a repreender Pedro na frente de todos. Estas palavras de Paulo encerram uma compreensão de verdade que para nós, educados na tradição humanista ocidental, é estranha. Tomando a preposição *pros* em seu sentido mais normal, as palavras de Paulo refletem uma metáfora de fundo que é bastante conhecida: a metáfora do caminho. Há um caminho que leva à verdade. A verdade, então, não é algo de que se tem posse, mas um rumo em direção ao qual se anda. Alternativamente, o *pros* poderia ser tomado como preposição de relação, no sentido do *coram* latino, que era tão caro para Lutero. Verdade, então, seria um caminhar numa relação com o evangelho. Não vejo as duas possibilidades como excludentes, mas complementares: a verdade do evangelho é um caminho andado dentro de uma relação com o mesmo e rumo ao mesmo.

Significativo para o esclarecimento desta metáfora neste texto é o verbo usado por Paulo: *orthopodéo*, que significa literalmente “andar retamente”. Isto tem implicações teológicas de grande relevância para os nossos dias. Em termos clássicos, a teologia tem definido sua verdade como “ortodoxia”. Na América Latina, em anos recentes falou-se, em contraste com isso, em “ortopraxia” como critério de verdade; quer dizer, não o que

se pensa é a verdade, mas o que se faz. Tanto um como outro têm, direta ou indiretamente, apoios no NT. Paulo introduz aqui uma terceira opção: “ortopodia”. Não tanto o que se pensa, nem mesmo o que se faz, mas o jeito como se anda é que define a verdade.

Esta é a única “orto-alguma-coisa” que o NT parece conhecer, ao menos em relação explícita com a verdade. Tanto o que entendemos como “ortodoxia” quanto o que entendemos como “ortopraxia” são conceitos cunhados na história do cristianismo e da teologia. E provavelmente ambos têm seu lugar próprio, não há por que recusá-lo. Mas, nesse caso, seu norte e princípio definidor terá que ser sempre a “ortopodia” do evangelho.

Há que advertir de riscos que imediatamente afloram. Estes são: primeiro, o risco de tornar a “ortopodia”, imperceptivelmente, um enunciado do âmbito cognitivo, tornando-a um princípio e assim, finalmente, subsumindo-a no âmbito da ortodoxia. O segundo é o risco de torná-la, de novo de forma imperceptível, refém de uma prática, subsumindo-a no âmbito da ortopraxia. Tanto a justificação pela reta doutrina como a justificação pelas obras da fé são um constante risco no cristianismo, e o perigo de tornar a *ortopodia* algo a ser provado ou no âmbito das afirmações de fé ou no âmbito da práxis cristã sempre de novo nos assedia.

#### **4 - Verdade como caminho**

Como definir melhor esta *ortopodia*? Em primeiro lugar, me parece fundamental o fato de ela se encontrar no nível das metáforas fundantes do pensamento e da prática, e não no nível de um ou outro destes. Como já foi dito, as modernas ciências da cognição têm nos ajudado a perceber a importância das metáforas fundantes para todo o nosso processo de apreensão e decisão. Esta percepção tem grande importância para as nossas teologias e o nosso fazer teológico, além de, é claro, deslocar a nossa apreensão da verdade mesma. O começo da percepção da verdade, então, se dá num processo de conversão radical, que atinge as metáforas fundantes do nosso pensar e do nosso agir, que são então confrontadas com esta metáfora do caminho como “ambiente” onde mora a verdade. Segundo esta metáfora, a verdade não é um resultado que possamos já ter em mãos, nem pelo reto pensar nem pelo reto agir (sendo que o que é “reto” é definido de antemão por esta “verdade”). A verdade é, uma vez, algo que está adiante de nós; e, outra vez, o caminho que leva para lá, bem como a relação que nos define neste caminho. Saímos, então, de concepções estáticas para uma concepção dinâmica da verdade. Verdade é mais processo que resultado, pelo menos do ponto de vista do ser humano envolvido em sua apreensão.

É possível ilustrar isto melhor. Primeiro, o que está adiante de nós. Poucas passagens do NT apresentam isso tão claramente e de forma tão expressiva como Hb 12.1-2. Aqui temos novamente a metáfora do caminho, e o que está sendo descrito é a caminhada da fé, aquela fé antes definida pelo autor como “a certeza do que se espera, a convicção do que não se vê” (Hb 11.1). E esta caminhada é descrita como um desembaraçar-se de todo peso supérfluo que constantemente somos tentados a adquirir e carregar, e “correr perseverantemente” o trajeto que nos é proposto, de olho fixo no alvo. O alvo desta caminhada é descrito como “o autor e consumidor da fé, Jesus”. Jesus, então, é o que está no início da caminhada da fé e, ao mesmo tempo, é seu alvo; assim, sua presença e a relação com ela determinam a qualidade do caminho.

Podemos lembrar aqui o dito paulino: “a partir dele, por meio dele e para ele são todas as coisas” (Rm 11.36). A fé é dada por ele, é constantemente mediada por ele, e a ele se dirige. Jesus, então, é a verdade para onde o caminho se dirige. Neste texto aparecem as mesmas qualificações do texto anterior: Jesus é o ponto de partida; é o fim; é a mediação, o que está entre o começo e o fim da caminhada; é, portanto, o caminho.

O próprio Jesus disse: “Eu sou o caminho” (Jo 14.6). Este texto joanino é de especial importância por relacionar diretamente a metáfora do caminho com a verdade; logo a seguir, Jesus diz também: “Eu sou a verdade”. E a terceira definição que segue é: “Eu sou a vida”. Compreendendo-se isto a partir da estrutura de paralelismo própria do pensamento hebraico, estes três termos devem ser vistos um à luz do outro, remetendo todos à mesma realidade.

A verdade, então, é o caminho. A verdade é a vida. Se pensarmos em termos de paralelismo, “vida” aqui é o caminho que é a verdade. A verdade se encontra no processo de vida entendido como caminho. Creio que, em termos conceituais, o que mais se aproxima disso no NT é o conceito de “discipulado”. A verdade é o processo do discipulado, iniciado por Jesus, mediado continuamente por ele e conduzindo a ele. E quero parar por aqui para não incorrer no risco acima advertido de, imperceptivelmente, tornar tudo novamente uma questão de conceitos ou de práticas. A verdade só se faz e só se deixa apreender *no próprio caminho*, não em conceitos sobre o mesmo e nem em práticas que supostamente devem mostrar que estamos no caminho. É a mudança de metáfora que importa aqui.

## 5 - Verdade e verificação

O que foi dito até aqui pode ser confrontado com a exigência de validação ou de verificação da verdade. Esta questão é séria, pois não colocá-la seria correr o risco de uma relativização completa da verdade, que neste caso seria simplesmente o caminho de vida de cada um/a, sem quaisquer referenciais externos que pudessem servir de parâmetro. É importante que se diga que, da maneira como a questão volta aqui, ela não representa simplesmente o retorno da questão da relação entre verdade objetiva e subjetiva. Esta relação, como dito acima, permanece sempre no âmbito cognitivo, seja por sua afirmação ou por sua negação. Quando aqui falamos em *caminho*, falamos de algo que vai bem além do âmbito da subjetividade. Não se trata da forma como sentimos, e sim de como caminhamos, como somos, como vivemos.

O pólo “externo” ao caminho pessoal não se confunde com uma objetividade em relação a uma subjetividade. Trata-se, antes, de um caminho em confronto com, ou à luz de, outro caminho. Trata-se do caminho de Jesus como paradigma dos nossos caminhos, da humanidade de Jesus como representação de nossa própria humanidade essencial. O que *o caminho* é, isso nos foi mostrado exemplarmente por Jesus; aí temos mostrado diante de nós o que é *a vida* e o que é, finalmente, *a verdade*.

De volta à questão da verificabilidade. Primeiramente, remeto aqui às reflexões de Paul Tillich sobre “verdade e verificação”, em sua *Teologia sistemática* (1:90-94). Ali, a partir de sua distinção entre razão técnica e razão ontológica, ou das atitudes “controladora” e “receptiva” da razão, Tillich mostra que devemos reconhecer um espaço para dois métodos de verificação. Um é o método experimental, científico; o outro “é verificado pela união criativa de duas naturezas: a daquele que conhece e a daquilo que é conhecido”, teste realizado no “próprio processo da vida” (p. 92). Um pouco adiante, Tillich adverte contra o racionalismo e o pragmatismo, que “discutem a questão de sua verificação de tal forma que ambos omitem o elemento de união cognitiva e conhecimento receptivo” (p. 93). “Ambos estão amplamente determinados pela atitude de conhecimento controlador e presos a alternativas implícitas nele. Contra ambos deve ser dito que a verificação dos princípios da razão ontológica não tem nem o caráter de auto-evidência racional nem de teste pragmático. [...] Sua verificação é sua eficácia no processo vital da humanidade” (p. 94).

Na seqüência, Tillich vai falar da revelação, que introduz uma base mais segura de verificabilidade, sem, no entanto, retirá-la do interior do processo vital, é importante insistir nisso. Com isso, temos os elementos para

tentar agora definir melhor o que significa a *ortopodia* em relação com, ou em direção à verdade do evangelho, bem como sua verificabilidade.

## **6 - O caminho de Jesus como critério de verificabilidade da verdade**

O caminho de Jesus, então, introduz, desde a revelação, um critério de verificabilidade, que no entanto não elimina a verificação da verdade em nossa própria vida. Trata-se de uma vida no espelho da outra, e há que advertir que temos aí uma mão dupla, pois, em última análise, nossa percepção da vida de Jesus não vem somente dos textos que dela dão testemunho, mas seria impossível sem nossa percepção de vidas reais de pessoas reais em nosso próprio tempo e espaço, que nos dá pressupostos sem os quais a leitura da vida de Jesus não poderia fazer sentido real para nós.

Creio que um dos que melhor percebeu isso na tradição cristã foi Lutero. Para Lutero, estava meridianamente claro que aqui vale o *solus Christus*. A fé é dada por Jesus, em graça, é alimentada em graça por ele ao longo da vida, e a fé tem Jesus por alvo. E Lutero soube também tirar as conseqüências disso para a compreensão da verdade: verdade é *was Christum treibt*, “o que leva a Cristo”; talvez melhor, “o que se impõe como representação adequada do Cristo para nós”. Este era o seu critério soberano na leitura da Bíblia, e assim também critério soberano na leitura dos escritos confessionais de nossa tradição. É diante deste critério que todos os textos e todas as proposições devem se justificar, mesmo as do próprio Novo Testamento tomado como livro ou conjunto de livros. Aqui temos o Evangelho, critério soberano na confrontação com todos os textos da tradição cristã, começando pelos do NT.

Este Cristo, para Lutero, é essencialmente o da cruz, o Cristo que se colocou como nosso representante sob o juízo e a graça de Deus e que, por isso, foi morto e ressuscitado, o Cristo no qual somos inseridos pelo batismo de modo a vivermos *en Xristô*, “em Cristo”. Morte e ressurreição são o distintivo do caminho de Cristo. Esta é, segundo Paulo, a essência do evangelho que ele recebera e que pregava. “Passei a vocês [...] o que recebi: que Cristo morreu [...] e que ressuscitou” (1 Co 15.3-4). E certamente não é accidental que ele usa a mesma fórmula para falar da eucaristia, também ela recapitulação do evangelho: “Recebi do Senhor o que também passo a vocês [...]; anunciam a morte do Senhor, até que ele venha” (1 Co 11.23-26).

A morte e a ressurreição de Cristo são também anunciadas no batismo. Ser batizado em Jesus Cristo significa ser batizado em (ou para dentro de) sua morte e ressurreição (Rm 6.3-4). E é justamente o batismo que

representa o ponto de intersecção entre a vida de Jesus e a nossa vida, colocadas a partir daí nesta relação de espelho, à luz da qual Paulo podia, no texto de Gálatas com que iniciamos esta reflexão, falar de si como “não vivendo mais eu, mas Cristo em mim” (Gl 2.20).

## **7 - O caminho de Jesus e o nosso**

Assim, o caminho cristão se dá no espelho do caminho do Cristo. Aqui temos que ter uma extrema atenção para evitar a armadilha da colocação de uma alternativa entre a fé na obra salvífica irrepitível de Cristo por nós, de um lado, e a *imitatio Christi* de outro. Um acento exclusivo num ou noutro pode pôr o mais importante a perder. Pois é justamente na inteireza do processo que inicia com a encarnação de Deus, sua morte e ressurreição e segue com a proclamação disto no evangelho e a apropriação/extensão disto para dentro de vidas humanas a partir do batismo que está a inteireza da verdade do evangelho. Por vezes demais, temos corrido o risco de reduzi-lo ou a uma pura fé no que se deu em Cristo no passado, ou a um puro refazer de sua práxis no presente. Os perigos de ambos têm a ver com sua unilateralização racional ou pragmática.

A verdade do evangelho, portanto, se vive e se verifica na vida das pessoas que com ela se relacionam. Toda a vida de uma pessoa, sob esta ótica, é um constante atualizar da experiência batismal, que só se completa plenamente na morte, com justeza interpretada pela igreja antiga como o dia do novo nascimento.

Só assim podemos compreender com a devida profundidade o que Lutero quis dizer em sua conhecida afirmação de que “é vivendo, sim, morrendo [e sendo julgado] que se faz um teólogo, e não compreendendo, lendo e especulando”. O viver e o morrer da pessoa no evangelho atualizam a morte e a ressurreição de Cristo para ela e marcam sua identidade com ele. Poderíamos imaginar o caminho da pessoa no evangelho como repetindo o de Cristo, mas numa direção inversa. É a partir da sua ressurreição que somos introduzidos na nova vida onde agora experimentamos a morte para o pecado e uma vida de disponibilidade para o serviço aos necessitados. Com isso também fica assegurada a unidade entre a fé no que Cristo fez por nós e a vivência na qual ela introduz.

A verdade do evangelho, portanto, se decide no caminho no evangelho, caminho marcado por morte e ressurreição como a experiência constante do juízo e da graça de Deus, experiência que atualiza diariamente a morte e a ressurreição do batismo e à qual remete também a eucaristia, “até que ele venha”. Nesta experiência constante, somos sempre de novo liber-

tados de nós próprios e colocados a serviço do nosso próximo, sob o signo do Jesus que deu sua vida neste serviço.

Desta verdade do evangelho a Bíblia quer testemunhar, e dela e do testemunho bíblico acerca dela querem testemunhar também as confissões cristãs. Na medida em que o fazem, a verdade está também nelas. Nunca, porém, como verdade própria, originária, mas sempre como verdade *aliena*, derivada, testemunhada. Sua verdade está em apontar para a verdade do evangelho, que se faz vivência concreta. Aqui talvez fosse adequado introduzir um terceiro elemento na clássica relação entre *norma normans* e *norma normata*. A própria Bíblia, em relação ao evangelho de que testemunha, deve ser vista em dois momentos cuja dialética nunca deve ser rompida: em relação ao evangelho a Bíblia é *norma normata*, em primeiro lugar, subordinada à norma primeira que é o evangelho; só em segundo lugar também *norma normans*, pois o que podemos saber do evangelho vem nela registrado. E é destes dois, em sua dialética, que as confissões cristãs devem dar conta sempre de novo.

## **8 - Concluindo**

Trazendo isto para a nossa realidade, como igrejas irmãs que não têm conseguido sair de um processo de mútua exclusão, seja por motivo da superestimação do universo conceitual, dogmático, seja por motivo da superestimação de determinadas concepções da prática do cristianismo: localizar a verdade em qualquer um dos dois é não encontrá-la como a entende o NT. A concepção neotestamentária da verdade, nesse sentido, chega a nós primeiramente como juízo, como juízo sobre a nossa falsa imaginação do que seja a verdade e de como nos relacionamos com ela. Apreensões parciais do processo da verdade, seja como reto pensar, seja como reto agir, são por nós unilateralizadas e, assim, absolutizadas. E assim, em nome de tal verdade, excluímos quem pensa localizar a verdade em lugar diferente.

Ambas as nossas igrejas devem perceber que o problema não está simplesmente no outro e que nós é que temos o conceito certo ou melhor da verdade. Ambas, na verdade, por caminhos diferentes cometem o mesmo deslize em relação à verdade tal como a concebe o NT. E, como é da verdade que aqui estamos falando, já é tempo de parar de contemporizar como se se tratasse de questão eletiva. É do cerne do cristianismo que aqui estamos tratando. Isso exige conscientização, arrependimento e desejo de mudança. Não cada um querendo mudar o vizinho, mas cada um vendo como deixa mudar a si próprio, na expectativa de que o vizinho faça o mesmo.

Que a verdade, para nós, seja o caminho de vida aberto por Cristo, continuamente alimentado na comunhão com ele, e a ele conduzindo. E para que o conteúdo ou a forma de expressão desta verdade não fique em abstrato, o próprio NT nos indica no que ela consiste: “verdadeando em amor” (Ef 4.15). Aqui, surpreendentemente, o substantivo *alétheia* é transformado em verbo, expressando assim com toda a clareza a metáfora do caminho: “fazendo a verdade”, “verdadeando”. E isso só se faz com amor, com *agápe*, o supremo critério tanto para o conhecimento da própria Trindade divina, seja em suas obras *ad intra* ou *ad extra* (tanto para o que a Trindade é como para o que ela realiza no mundo), como para o conhecimento da verdade do evangelho. A verdade do evangelho não é primeiramente proposição cognitiva, nem padrão de prática, mas sim jeito de caminhar, jeito de caminhar marcado pelo amor.

Que nossas igrejas ainda em processo de exclusão mútua, por motivo de suas verdades, possam se converter à verdade do evangelho, e que na vivência desta aprendamos a nos incluir em amor. E de novo a advertência: que isso não se dê tão-somente em nível de enunciados teóricos ou de compreensões de prática, mas sim na caminhada conjunta em Jesus, sabedores de que é dele que vem a nossa fé comum e que é para ele que nos dirigimos. E se assim é, que no caminho nos deixemos alimentar pelo mesmo Jesus de sua mesa comum. Nesse sentido, voltando ao texto inicial, que deixemos de ser como Pedro, excluindo da mesa da comunhão irmãos que pensam diferente e agem diferente, para que não tenhamos de ouvir também a acusação de Paulo: “Não estais caminhando retamente na verdade do evangelho”. A possibilidade de fazê-lo é graça; a negativa é juízo, juízo que deve ser anunciado em nome desta graça e de sua vivência concreta neste mundo.